



Griot: Revista de Filosofia

ISSN: 2178-1036

griotrevista@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

Camati, Odair
Os mal-estares da modernidade
Griot: Revista de Filosofia, vol. 13, núm. 1, 2016, pp. 164-182
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31977/grifi.v13i1.691>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576664568010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org


UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

OS MAL-ESTARES DA MODERNIDADE¹

Odair Camati²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

 <https://orcid.org/0000-0002-8637-3072>

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é compreender a cultura da autenticidade, termo utilizado por Charles Taylor ao se referir à modernidade. A assim chamada cultura da autenticidade gerou três mal-estares ainda fortemente presentes na sociedade contemporânea, são eles: a primazia da razão instrumental, o individualismo exacerbado e o atomismo político. Apresentaremos o surgimento de tais mal-estares e buscaremos compreender porque se tornaram tão fortemente presentes na sociedade moderna, nesse sentido, nosso intuito é elucidar as influências da cultura da autenticidade no período contemporâneo. Nessa perspectiva ainda não ultrapassamos a modernidade, visto que ainda vivemos sob a influência de seus ideais, esse se configura como nosso principal objetivo nesse texto.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura da autenticidade; Modernidade; Individualismo; Razão instrumental; Atomismo.

THE MALAISE OF MODERNITY

ABSTRACT:

The aim of this paper is to understand the culture of authenticity, a term used by Charles Taylor to refer to modernity. The so-called culture of authenticity generated three ailments still strongly present in contemporary society, they are: the primacy of instrumental reason, the exacerbated individualism and political atomism. We will present the emergence of such ailments and seek to understand why they became so strongly present in modern society, in this sense, our goal is to elucidate the influences of the authenticity culture in the contemporary period. From this perspective has not surpassed modernity, as we still live under the influence of their ideals, this takes shape as our main objective in this text.

¹ Esse artigo é fruto das minhas pesquisas no mestrado, dessa forma agradeço ao meu orientador professor Dr. Paulo César Nodari e à Fapergs pelo incentivo na pesquisa.

² Doutorando em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: odcamati@hotmail.com

KEYWORDS: Authenticity of culture; Modernity; Individualism; Instrumental reason; Atomism.

Introdução

O filósofo canadense Charles Taylor³ em suas obras, especialmente em *As fontes do self* (1997), busca compreender a formação da identidade moderna sobremaneira, a partir de três conflitos considerados centrais que atravessaram a modernidade e ainda estão influenciando nosso modo de vida contemporâneo, a saber: primeiro, a interioridade moderna, ou seja, somos um *self*⁴ com profundidades morais; segundo, a afirmação da vida cotidiana e, terceiro, a noção expressivista da natureza como fonte moral. (TAYLOR, 1997, p. 10).

Um importante elemento percebido por Ribeiro (2012) é que Taylor usa o conceito modernidade, mas não o circunscreve em um período cronológico específico. Ribeiro, ao ler Taylor, afirma que o filósofo canadense está se referindo apenas à realidade hodierna, porém, a partir da nossa leitura, diferindo de Ribeiro, percebemos que Taylor usa o termo para se referir tanto ao período pós-medieval, quanto ao tempo presente. O que nos leva a essa leitura é exatamente a tentativa desse autor em compreender a realidade hodierna a partir dos elementos históricos que ainda nos influenciam, ou seja, não superamos as contradições deixadas pelo período pós-medieval. Nesse sentido, ainda estamos na modernidade.

Para o filósofo canadense, existem três grandes domínios quando falamos de fontes morais: a primeira é a base teísta, a segunda é de base científica e a terceira tem sua fonte no expressivismo romântico. Forst chama essas três fontes morais essenciais de: “a crença na criação divina e na totalidade do mundo, a força da razão do sujeito autônomo e a riqueza e bondade da natureza” (FORST, 2010, p. 268). Debruçar-nos-emos nessa primeira parte sobre a instrumentalização da razão e suas consequências, a saber, a instrumentalização de todas as relações humanas. Não faremos um exame minucioso da modernidade, mas buscaremos os elementos que marcam e que estão no surgimento da cultura da autenticidade.

³ Charles Taylor é um filósofo contemporâneo, nascido em 5 de novembro de 1931 na cidade de Montreal, no Canadá. É professor Emérito de Filosofia e Ciência Política na Universidade de McGill. De 1976 a 1981 Taylor dirigiu a cadeira de Pensamento Político e Social na Universidade de Oxford. Suas principais contribuições são na área da filosofia política, filosofia social e história da filosofia. Ele defende uma participação ativa na vida política, tendo concorrido, sem sucesso, ao Senado Canadense.

⁴ Seguiremos o tradutor da obra *As fontes do self*, não traduzindo *self* devido à falta de uma palavra em português que capte tanto o sentido amplo, bem como o sentido preciso do termo.

Apresentaremos os mal-estares da modernidade que se constituem em desvios do ideal de autenticidade, sempre levando em conta o que nos diz Taylor:

Reivindicarei que o caminho correto a ser tomado não é nem o recomendado por incentivadores convictos nem o favorecido pelos totalmente críticos. Tampouco será um mero balanço entre vantagens e custos do, digamos, individualismo, da tecnologia e da administração burocrática que oferecerá a resposta. [...] Na realidade, há tanto muito que se admirar quanto muito que se depreciar e se assustar em todos os desenvolvimentos que tenho descrito, mas entender a relação entre essas duas coisas é perceber que a questão não é quanto você terá de pagar, em matéria de consequências ruins, por frutos positivos, mas, antes, como direcionar tais desenvolvimentos para sua melhor promessa e evitar o deslize para as formas degradadas. (TAYLOR, 2011, p. 20).

A tentativa de evitar diagnósticos unilaterais é central à análise tayloriana. Tendo em vista que a modernidade possui aspectos negativos passamos a apresentar os três problemas que podem abarcar a todos, sem com isso esgotar o debate sobre os males que nos afligem. Os três grandes males da nossa sociedade são o individualismo, a primazia da razão instrumental e o atomismo político. O último é o resultado dos dois primeiros e nos prende naquilo que chamaremos, com Taylor, de círculo vicioso.

O individualismo moderno

Antes de apresentarmos a compreensão tayloriana do individualismo moderno, vamos nos referir às três grandes facetas da modernidade que servirão de guia no itinerário do presente texto. A primeira faceta é a interioridade moderna, ou seja, o sentido de que somos seres dotados de alguma interioridade, o que equivale a dizer que somos um *self*, ou que somos um indivíduo. A segunda faceta da modernidade é a afirmação da vida cotidiana, onde a vida ordinária passa a dar sentido à ação humana, ao mesmo tempo em que confere a todos a mesma dignidade. E, por fim, a noção expressivista da natureza como fonte moral interior. Essa última faceta é a que possibilitou que os românticos pudessem falar em autenticidade.

O individualismo, enquanto ideal moral, pode ser considerado uma das maiores conquistas da modernidade, no sentido de que podemos fazer nossas escolhas livremente, não estamos subordinados arbitrariamente a realidades superiores. Essa é uma conquista imprescindível ao modo de vida contemporâneo, porém foi alcançada ao custo do abandono de horizontes

morais. As pessoas não se enxergam mais como pertencentes a uma ordem maior, seja ela uma ordem cósmica, Deus, o outro ou qualquer elemento que nos transcenda (TAYLOR, 2011, p.12). Não estamos afirmando que a moral só é possível com um transcendente, mas que o *self* isolado não é capaz de se constituir enquanto tal.

Tal situação, segundo Taylor, empobrece nossa vida, pois, ao mesmo tempo em que nos “limitavam”, essas realidades superiores preenchiam nossa existência de sentido mais profundo além da mera realização individual. O movimento que possibilitou mais fortemente essa leitura de mundo é a ideia do contrato social no qual o indivíduo precede a sociedade. Taylor expressa essa ideia:

A idealização original dessa ordem de mútuo benefício surge numa teoria dos direitos e do governo legítimo. Começa com os indivíduos e concebe a sociedade como estabelecida por mor deles. A sociedade política é olhada como um instrumento para algo de pré-político. Este individualismo significa uma rejeição da noção, antes predominante, de hierarquia, segundo a qual um ser humano só pode ser um agente moral genuíno quando inserido numa totalidade social mais ampla, cuja verdadeira natureza deve exibir uma complementaridade hierárquica. (TAYLOR, 2010, p. 27).

Portanto, os indivíduos são todos iguais, portadores de direitos, não estão mais presos a hierarquias. O valor de um ser humano não é medido pela sua posição social, mas todos são possuidores de dignidade. Logo, o homem não está preso a uma ordem social que determina de antemão quem ele é. Anteriormente as pessoas eram fixadas no interior de uma ordem hierárquica que as privava da liberdade de buscarem novas maneiras de viver. Cada um possuía de antemão o seu lugar na sociedade, portanto, sem espaço para a liberdade. Na modernidade, além de abandonar a ordem prévia, o ser humano pode fundamentar racionalmente suas novas maneiras de agir. É o que afirma Oliveira:

A questão, em última análise, diz respeito à instância que fundamenta a incondicionalidade do agir do homem. É através de atos racionais de prova e tomada de posição que o homem abre o espaço de uma ação possível, orientada pela razão em sua existência histórica. (OLIVEIRA, 1993, p. 18).

A dignidade do ser humano não está mais baseada no lugar que ele ocupa na sociedade, mas nas mais diferentes maneiras de viver a vida cotidiana, ou seja, as diferentes tarefas que exercemos no dia-a-dia da nossa vida. (TAYLOR, 2011, p. 39). Contudo, faz-se necessário fundamentar racionalmente o agir cotidiano. Além disso, abre-se espaço para a liberdade.

Cada um pode agir de um modo diferente desde que fundamente racionalmente o seu agir.

É nesse contexto que passa a existir a sociedade instrumentalizada, que só pode garantir direitos individuais. Isso permite que aflore o que Taylor chama do “lado sombrio do individualismo.” (TAYLOR, 2011, p. 14). O indivíduo centra-se em si mesmo. Logo, a sociedade existe tão e somente para garantir seus direitos.

Sobre a centralidade exagerada no indivíduo, Taylor se inspira muito em Tocqueville, na obra: *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Por isso, trazemos aqui as significativas palavras de Tocqueville:

[...] vejo uma multidão incalculável de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem sua alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e seus amigos particulares formam para ele toda a espécie humana: quanto ao resto de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê: toca-os mas não os sente – cada um só existe em si mesmo e para si mesmo e, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer que pelo menos pátria ele não tem. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 389).

O individualismo, que, a partir da queda das hierarquias, era considerado um ideal moral, na medida em que tornava o indivíduo livre, torna-se uma espécie de egoísmo que faz Tocqueville vislumbrar essa leitura do seu desmembramento. Desse modo, as pessoas perdem de vista as preocupações que transcendem o *self*, isto é, não existem mais preocupações com o todo da sociedade.

Taylor faz uma importante distinção entre individualismo e egoísmo. O individualismo é a garantia da dignidade e da liberdade de todos, pois afirma que todos os seres humanos possuem seu valor, cada um ao seu modo. Já o egoísmo é um “fenômeno amoral”, é exatamente o fechamento do *self* sobre si mesmo, que Tocqueville estava denunciando na passagem que citamos acima. Tal afirmação traz consequências negativas para a vida política, como veremos adiante.

Nesse sentido, a autorrealização é entendida como um processo puramente individual. Eliminam-se as questões que transcendem o *self*. Tal fator acontece, segundo Taylor, pois estamos imersos na sociedade liberal que prega a neutralidade. Cada indivíduo busca sua forma de vida boa, o Estado tem apenas que garantir os meios para que os indivíduos alcancem tal fim. Abre-se mão de projetos comuns e abraçam-se os modos individuais de realização. O liberalismo da neutralidade diminui a força de organizações políticas, sociais e religiosas, enfim, de tudo o que busque tratar de questões para além do *self*, enclausurando o indivíduo nele mesmo.

Outro fenômeno decorrente do egoísmo é o relativismo. O relativismo é entendido por Taylor a partir do princípio de que todos possuem o direito de desenvolver seu próprio modo de vida, tomando por base o que cada um considera relevante, levando a alcançar a autorrealização sem interferência de terceiros. Cada um tem seus valores e esses devem ser respeitados. Assim, a discussão sobre valores torna-se complexa. (TAYLOR, 2011, p.23). Tal fenômeno nos leva ao subjetivismo moral onde as posições morais são tomadas de acordo com a avaliação de cada indivíduo. As posições não são tomadas pela razão nem pela natureza das coisas. O subjetivismo moral é decorrente da força que o individualismo enquanto egoísmo ganhou na modernidade, porém o individualismo como ideal moral que nos conduz ao ideal de autenticidade se funda nas relações sociais e têm sua força nas configurações morais, ou seja, nos elementos que transcendem o *self*.

Esse quadro apresentado nos parece, num primeiro momento, como que sem solução, porém ele pode ser revertido. A sensação de que estamos sem saída advém, segundo Taylor, dos imaginários sociais modernos:

Mas, uma vez que essas novas formas estão em vigor e as pessoas são educadas nelas, então esse individualismo é grandemente fortalecido porque está enraizado em suas práticas cotidianas, na maneira como elas ganham a vida e na maneira como se relacionam com os demais na vida política. Trata-se de parecer a única perspectiva concebível, a qual certamente não o foi para seus ancestrais, os pioneiros nisso. (TAYLOR, 2011, p. 65).

Tal processo não é fácil de ser revertido, mas não é impossível. Essa é uma luta contínua onde não haverá uma palavra final, mas sempre um caminho estará mais forte que o outro. O imaginário social tem de mudar, não somente na educação, mas também nas práticas, visto que um imaginário é construído a partir das teorias e das práticas arraigadas em um determinado local. Desse modo, os dois aspectos, teoria e prática, precisam mudar concomitantemente.

A ideia central de Taylor ao falar do individualismo enquanto egoísmo é mostrar como uma vida centrada demasiadamente no *self* e puramente na realização pessoal é uma vida carente de significado. Uma pessoa só pode se realizar quando leva em consideração as demandas que transcendem o eu, quando toma em conta as demandas históricas, políticas, religiosas, sociais e, na contemporaneidade, especialmente, as demandas ecológicas. Deixar de se sentir pertencente a um todo maior trouxe o avanço no aspecto da igualdade, mas, ao mesmo tempo, deixou o ser humano carente de elementos que possam preencher a existência de sentido mais profundo.

Não estamos afirmando que o ser humano hodierno não encontra sentido na sua existência. Ele o encontra, mas, mais ainda, na medida em que sai de si mesmo e vai ao encontro do outro e de um todo maior ao qual pertence. Não é possível ser um ser humano sem interação com os demais, até porque a linguagem, elemento básico, somente é adquirida no intercâmbio com os outros seres humanos.

A primazia da razão instrumental

A primazia da razão instrumental está ligada ao que Weber (2004) chama de desencantamento do mundo, o que não significa que esse seja o único fator. O que há é uma primazia do próprio homem sobre a natureza, que a partir de Taylor compreendemos pautada fortemente pelo desencantamento do mundo. Esse é um processo particular do período que chamamos moderno, em que o conhecimento científico permitiu ao homem um relativo domínio sobre a natureza. Weber afirma que o processo de eliminação da magia do mundo repudiou todos os meios mágicos para a salvação e esses elementos são vistos, a partir de então, como superstição. Os novos protestantes, e em especial os calvinistas, rejeitavam também todos os sinais de cerimônia religiosa, a fim de evitar que a superstição ou a confiança em poderes mágicos viesse se insinuar contrária a salvação dos crentes. O resultado é, afirma Weber:

Um dique foi erguido para impedir que a ascese continuasse a desbordar da vida cotidiana em meio ao mundo, e àquelas naturezas internalizadas e passionalmente sérias que até então haviam fornecido ao monacato os seus melhores representantes agora era ensinado que se devotassem a ideais ascéticos dentro da vida profissional mundana. Só que o calvinismo, na sequência de seu desenvolvimento, acrescentou a isso um aporte positivo: a ideia da necessidade de uma comprovação na fé na vida profissional mundana. (WEBER, 2004, p.110).

A dessacralização do mundo e a afirmação de que só estão salvos os que prosperam fez com que os crentes se lançassem ao mundo como um objeto do qual poderiam retirar o máximo de que fossem capazes. A conclusão de Weber é de que “a santificação da vida quase chegava assim a assumir um caráter de administração de empresa” (WEBER, 2004, p. 113). Porque Taylor entende a razão instrumental como a busca da melhor relação custo-benefício, o processo descrito por Weber de como o protestantismo e, em especial, o calvinismo dessacralizaram o mundo e o tornaram objeto, contribui de forma peculiar para o desenvolvimento do modo de se relacionar com o mundo como objeto.

O conceito de Weber de desencantamento do mundo ajuda a compreender o que Taylor busca expressar ao falar de razão instrumental. De maneira objetiva e clara, entende Taylor por razão instrumental:

Por 'razão instrumental' quero dizer o tipo de primazia da racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso. (TAYLOR, 2011, p.14).

A queda das antigas ordens, especialmente da ordem religiosa permitiu um forte avanço desse tipo de racionalidade que tem por objetivo último a maximização do lucro, porém à custa de muitos males, especialmente ambientais. O mundo perde seu valor sagrado, não pertence mais a uma ordem maior, assim pode ser utilizado como simples objeto a serviço da felicidade humana, ou seja, com o desencantamento do mundo e a queda das hierarquias iniciou-se uma instrumentalização de todos os elementos da natureza, o que também permitiu um enorme avanço científico. Não há como não reconhecermos os grandes avanços que a técnica nos propiciou. Já não conseguimos mais viver sem algumas comodidades que possuímos graças aos avanços da ciência. O problema desse processo são as consequências que estamos e ainda iremos enfrentar por tanto desenvolvimento científico. Já existem claros sinais de que o Planeta está se esgotando. A técnica possui tanta força que ameaça até mesmo dominar a vida humana. Isso se reflete na crescente instrumentalização das relações humanas. Estamos sempre buscando a melhor relação custo-benefício, até mesmo nas relações mais elementares.

A instrumentalização ocorre em pequena escala, mas principalmente em grande escala, onde se valoram vidas humanas de acordo com padrões de mercado, Taylor condena veementemente tais práticas:

Há diversas coisas que se pode indicar que dão substância a essa preocupação: por exemplo, os modos com que as demandas de crescimento econômico são usadas para justificar distribuições bastante desiguais de riqueza e renda, ou a maneira pela qual essas mesmas demandas nos tornam insensíveis às necessidades do meio ambiente, até mesmo a ponto de um desastre potencial. Ou, então, podemos pensar no modo do nosso planejamento social, em áreas cruciais como avaliação de riscos, é dominada por formas de análises de custo-benefício que envolvem cálculos grotescos, colocando valores tributáveis em vidas humanas. (TAYLOR, 2011, p. 15).

O cuidado que precisamos tomar é que a primazia da razão instrumental não tome conta de todas as nossas relações, ou seja, existem bens, como a vida humana, que estão acima de qualquer cálculo de custo-

benefício. Outro exemplo citado por Taylor nesse sentido é como se trata um paciente num tratamento médico, a razão instrumental o vê como um *locus* de um problema técnico, porém ele é muito mais, tem uma história, tem angústias, tem esperanças que não podem ser negligenciadas num tratamento médico que busque reabilitar o paciente em todos os seus aspectos.

Qual é nosso grau de liberdade diante desse quadro? Estamos presos a uma “jaula de ferro”, para usar um termo weberiano? Por exemplo, podemos pensar em um sujeito independente que possui princípios contrários a essa crescente instrumentalização, que, contudo possui um negócio e para sobreviver acaba cedendo e agindo dentro da relação custo-benefício. Muitas vezes a situação geral do mercado obriga a agirmos dentro desses parâmetros. A eficiência instrumental adquire como que um *status* de norma, parece ser a atitude racional por excelência. O exemplo paradigmático a esse respeito apresentado por Taylor é do empreendedor explicitado acima. Então estamos realmente presos à jaula de ferro?

Segundo Taylor, ainda possuímos liberdade de escolha, porém num âmbito mais geral, ou seja, sobre os fins da razão instrumental e o grau de acuidade que ela ocupará em nossa vida. Portanto, a mudança não pode ser somente individual, tem de alcançar o nível institucional, tornando-se política pública. O que unifica o entendimento de que precisamos diminuir a exploração desmedida é a ameaça ao ambiente, conseqüentemente a nossa sobrevivência. Em torno da necessidade de preservação cria-se um propósito comum: ou mudamos juntos essa situação ou juntos pereceremos. “A preservação de algumas áreas selvagens, por exemplo, a conservação de algumas espécies ameaçadas, a proteção contra alguns assaltos devastadores do ambiente são vistas como parte de um novo propósito comum.” (TAYLOR, 2011, p. 101) ⁵. Tais iniciativas são a prova de que estamos criando uma consciência comum a respeito da questão ambiental.

A técnica, portanto, tem de estar a serviço do ser humano. O que não significa dizer que ela é a solução para todos os problemas, inclusive para a crise ecológica. Como os recursos naturais são esgotáveis, não há uma solução técnica que possa reverter o processo. Logo o uso consciente é a melhor maneira de garantirmos nossa própria sobrevivência na Terra. A técnica também não consegue dar a integração psíquica que tanto procuramos, ela tem algumas contribuições, mas por si só não é capaz de tal resultado. (TAYLOR, 2011, p. 67). A luta, por conseguinte, é entre o bom e o mau uso da técnica. Isso depende também dos interesses de quem possui o controle da tecnologia. A técnica possui inúmeras contribuições para a vida

⁵ Não podemos nos esquecer do *Princípio Responsabilidade* de Hans Jonas que muito contribui para a discussão em torno do meio ambiente e da nossa responsabilidade para com as futuras conseqüências de uma exploração desmedida. Não analisaremos diretamente essa obra, mas sua influência permeia nossa discussão.

humana, mas o que não pode acontecer é que ela se torne mais importante do que a própria vida.

Outro fator que contribui para o valor exagerado que nossa sociedade atribui à razão instrumental advém com Descartes, atravessa a modernidade e ainda está muito presente, a saber, a ideia de que somos razão desengajada, a famosa separação entre corpo e alma⁶. O ser humano se torna assim uma realidade transcendental e pode objetivar o mundo, o sujeito (homem) é o fundamento do mundo e pode dispor dele a seu modo.

Força, determinação, resolução, controle, estas são as qualidades cruciais, um subconjunto das virtudes do guerreiro-aristocrata, mas agora internalizadas. Não são mais empregadas em grandes feitos de valor militar no espaço público, e sim no domínio interior da paixão, pelo pensamento. (TAYLOR, 1997, p. 203).

Ideia essa que nos autoriza a pensar que tudo é uma questão de cálculo racional e que podemos obter o máximo de vantagens a partir do cálculo feito pelo sujeito racional. Está implícito nesse argumento um ideal de racionalidade, o qual segundo Taylor é também um ideal de liberdade e de pensamento autônomo, na medida em que se afirma a força que possui o indivíduo racional que consegue obter o máximo de vantagens a partir de um cálculo.

A afirmação da vida cotidiana, da vida de trabalho, da vida familiar iniciada nos séculos XVII e XVIII⁷ também tem um peso grande para a consolidação do modelo de razão instrumental que estamos discutindo. Esse modelo estava em busca das condições para uma vida abundante e para a diminuição do sofrimento na vida cotidiana (TAYLOR, 2011, p. 104), assim não são mais necessárias entidades superiores para nos garantir a abundância. O homem na sua vida ordinária pode produzi-la. Para Taylor, Francis Bacon “propôs um modelo de ciência fixo cujo critério de verdade seria a eficácia instrumental.” (TAYLOR, 2011, p. 104). Ou seja, diminuir os sofrimentos da humanidade. Para o filósofo canadense, não há aqui apenas uma confiança epistemológica, mas sobretudo uma confiança moral na ciência, pois pode melhorar nossa condição humana.

Portanto, são dois grandes movimentos que possibilitaram à razão instrumental se tornar um ideal moral: a separação corpo e alma ou razão desengajada, e a afirmação da vida cotidiana, ou seja, da vida ordinária. Por

⁶ Cf. DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. Trad. Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁷ Para aprofundar essa questão ver a terceira parte da obra *As fontes do self*, intitulada *Afirmção da vida cotidiana*. Nessa parte Taylor busca demonstrar a força que a afirmação da vida cotidiana tem sobre a formação da identidade moderna. (TAYLOR, 1997, p. 273-369).

isso que a técnica ganhou tanta força e ainda continua como dominante. Até mesmo na relação médico-paciente, o paciente é apenas um lócus de tratamento científico visto que possui um problema técnico.

Existe ainda outro elemento que contribui para dar força à razão instrumental, porém menos importante que os dois primeiros. Taylor chama de ética da benevolência prática que afirma que catástrofes naturais não são normais. Criam-se, pois, campanhas mundiais para ajudar pessoas necessitadas. A ajuda a essas pessoas é necessária e louvável. O que é condenado é o modo como tratamos a natureza, cremos que podemos controlá-la, quando na verdade se faz necessário um novo modo de relação entre homem e natureza, se quisermos sobreviver.

Assim, Taylor afirma que o ser humano não entendeu a importância da tecnologia.

O que estamos buscando aqui é um enquadramento alternativo da tecnologia. Em vez de vê-la puramente no contexto de uma indústria de controle sempre crescente, na constantemente regressiva fronteira da natureza resistente, temos que entendê-la igualmente no registro moral da ética da benevolência prática, que também é uma das fontes na nossa cultura das quais a razão instrumental adquiriu sua saliente importância para nós. (TAYLOR, 2011, p. 106).

O que Taylor está dizendo é que a tecnologia tem que estar a serviço de pessoas de “carne e osso”, tornando a ética da benevolência uma atitude ordinária, não apenas em catástrofes. Portanto, é necessário que olhemos para a natureza de outro modo. Além disso, a humanidade chegou a um nível tal que precisa deliberar acerca do papel que a técnica ocupa, se ela pode ser considerada um fim em si mesmo, ou se tem de desempenhar um papel menos importante em nossas vidas. A pergunta é se a tecnologia está a serviço do ser humano ou se o ser humano também se tornará um instrumento da técnica. Verificamos em muitos casos que o ser humano, infelizmente, já é instrumento, principalmente aqueles mais desfavorecidos.

Contudo, ainda podemos reverter essa lógica. Essa é uma luta provavelmente sem fim, afirma Taylor, mas existem caminhos para tornar a técnica meio para o ser humano. A técnica é muito útil ao homem, disso não existem dúvidas. A questão que se coloca é quem está na condução da própria técnica. Um ponto importante destacado por Taylor é que quando temos conhecimento das fontes morais de determinado processo, torna-se mais fácil compreendê-lo e conseqüentemente de superar possíveis enganos. Por isso realizamos uma retomada do processo de consolidação da técnica no Ocidente Moderno.

A razão instrumental nos conduz ao próximo mal-estar da modernidade, a saber, a questão do atomismo político. Esse ponto é nodal,

pois superar a primazia da razão instrumental passa necessariamente pela política, exercício do qual ninguém pode se eximir. Como veremos em seguida, é essencial que valorizemos o exercício político, que passa pelas instituições políticas formais, mas principalmente pela sociedade civil organizada. Para tanto, se faz necessária a superação do atomismo político.

O atomismo político e a esfera pública

Existe uma estreita conexão entre o contrato social, especialmente de Hobbes e Locke e o atomismo político. Esse importante elemento nos é lembrado por Ruth Abbey, respeitável comentadora do pensamento tayloriano. Segundo Abbey, Hobbes e Locke dão “prioridade ontológica ao indivíduo” (ABBEY, 2000, p. 104). Os indivíduos, para Hobbes e Locke, não obstante as diferenças entre suas teorias podem, livre e racionalmente, criar um governo. A política é vista como espaço de escolhas pessoais, motivações ou interesses puramente particulares. Para Taylor, os contratualistas estão equivocados ao assumirem que indivíduos que existem fora de uma sociedade podem ser capazes de linguagem e de razão. Assim, pergunta-se Taylor: como esses indivíduos que existem fora de uma sociedade podem alcançar um acordo entre si, visto que não possuem uma linguagem comum? Como essas capacidades humanas somente podem ser alcançadas num contexto social, o pressuposto contratualista se equivoca ao afirmar que os indivíduos viviam em um estado de natureza e, assim, passariam a viver em sociedade, pois para serem capazes de construir um consenso necessitavam da razão e da linguagem e, para isso, deveriam já estar vivendo em sociedade. O que Taylor busca, na interpretação de Abbey, é:

Nesse contexto então, Taylor substitui a primazia do indivíduo pela primazia da comunidade. Isso não é sugerir que indivíduos não importam nessa perspectiva, nem que a identificação do poder das forças sociais que lhes dão forma é equivalente a dizer que todos os indivíduos são totalmente determinados pela sociedade. Mais, o ideal liberal do indivíduo de tomar uma distância crítica dos valores sociais, costumes e tradições é do ponto de vista do comunitarismo, uma posição possível graças a uma cultura que valoriza o condutor e promove o raciocínio crítico e pensamento independente. O interesse de Taylor aqui é chamar atenção para um aspecto fundamental da identidade individual, que vem do fato de pertencer a uma comunidade⁸. (ABBEY, 2000, p. 105).

Até mesmo para um indivíduo ser livre precisa pertencer a uma comunidade, pois somente ela pode dar as condições de possibilidade para

⁸ Tradução nossa.

uma existência livre. Essa relação é ainda mais forte quando pensamos nos direitos do indivíduo. Eles só podem ser assegurados por uma comunidade política. Além disso, o fato de pertencer a uma comunidade tem valor fundamental na explicação das normas, às quais obedecemos, ou nos valores que seguimos, ou ainda em nossas práticas cotidianas.

Se minha liberdade depende da filiação a uma comunidade, então preciso afirmar a comunidade antes de afirmar minha liberdade. Taylor está dando primazia à comunidade, não mais ao indivíduo como nos acostumamos a fazer a partir da concepção moderna, sobretudo seguindo os pensadores contratualistas. Só podemos ser indivíduos no interior de uma sociedade.

O atomismo político também é decorrência tanto do individualismo, enquanto egoísmo, como também da razão instrumental que restringe nossas escolhas, na medida em que nos faz buscar a melhor relação custo-benefício, tornando o outro mero meio para meus propósitos particulares. Um exemplo apresentado por Taylor ilustra de maneira clara o que acabamos de dizer: o desenho das cidades modernas torna quase que necessário o uso de automóvel. No Brasil, esse problema é ainda maior, visto que nosso transporte público não atende de maneira adequada as necessidades da população. Esse processo força os indivíduos a utilizarem o carro. O resultado disso pode ser observado diariamente nos problemas de trânsito dos grandes centros urbanos.

Nesse cenário o homem contemporâneo tem a sensação de uma perda total da liberdade pela razão instrumental e, além disso, a instância de tomada de decisões não é mais a política, mas a economia movida pelo ideal de maximizar os ganhos na melhor relação custo-benefício. Como a preocupação central dos indivíduos nessa sociedade é o bem-estar pessoal, não existe participação política ativa no sentido de buscar o bem comum. Os indivíduos, mergulhados nessa cultura, preferirão, afirma Taylor, “ficar em casa e desfrutar as satisfações da vida privada, contanto que o governo vigente produza os meios para tais satisfações e os distribua abertamente.” (TAYLOR, 2011, p. 18). Ora, segundo Tocqueville, tal situação expõe um perigo moderno, o despotismo suave, onde o governo será paterno e assistencialista, mas o povo estará sujeito a um “enorme poder tutelar” tendo a vida regida suavemente pelo governo tutelar. Afirma Tocqueville:

Acima desses (indivíduos) se ergue um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de assegurar o proveito e zelar pela sorte deles. É absoluto, detalhado, regular, providente e doce. Ele se pareceria com o poder paterno se, como este, tivesse por objeto preparar os homens para a idade viril: mas, ao contrário, procura tão-somente fixá-los de maneira irreversível na infância: ele gosta de que os cidadãos se regozijem, contanto que não pensem em outra coisa que regozijar-se. [...] Assim, todos os dias ele torna menos útil e mais raro o emprego do

livre-arbítrio: encerra a ação da vontade num espaço menor e desfruta pouco a pouco cada cidadão até mesmo do uso de si. (TOCQUEVILLE, 2000, p.390).

O despotismo suave de Tocqueville não é uma tirania. Pelo contrário, o governo é “moderado e paternalista” e, na maioria dos casos, o regime de governo é a democracia. Na verdade uma falsa democracia, pois o povo não tomará as decisões políticas. O culpado, se pudermos buscar um culpado, nesse caso, não é o governo, mas a falta daquilo que Taylor chama de “uma vigorosa cultura política na qual a participação é valorizada” (TAYLOR, 2011, p. 19). A participação possui diferentes âmbitos. Pode ser a participação direta no aparelho político burocrático bem como a participação nas organizações da sociedade civil, como sindicatos e associações. Todo esse processo acaba desmotivando o cidadão a participar da política, pois:

Uma vez que a participação diminuiu, que as associações periféricas que eram seus veículos murcham, o cidadão individual é abandonado sozinho perante um estado burocrático vasto e se sente, corretamente, impotente. Isso desmotiva o cidadão ainda mais, e o ciclo vicioso do despotismo suave está posto. (TAYLOR, 2011, p. 19).

A solução para sair desse despotismo suave é uma forte participação política dos cidadãos em prol do bem de todos. É preciso diminuir a sensação de impotência gerada pela ínfima participação através da recuperação das associações, das lutas comuns, dos sindicatos a fim de que o indivíduo não se sinta sozinho nessa luta. Trata-se daquilo que o próprio Taylor chama do resgate da sociedade civil. Com uma sociedade civil organizada, o poder político passa a ter uma entidade forte que fiscaliza suas ações. Logo, tem que deixar de ser arbitrário e governar com base nas decisões da própria sociedade civil, visto que em sociedades democráticas o povo é soberano. A grande dificuldade consiste em trazer as pessoas para o debate político, para que as decisões tomadas levem realmente em conta as necessidades e os argumentos de todos os indivíduos.

Outra instância que diminui a liberdade é o mercado. Com a queda das sociedades comunistas ficou ainda mais evidente que uma sociedade industrial não vive sem mecanismos de mercado. Esses mecanismos são, de alguma forma, indispensáveis para o seu bom funcionamento. Contudo, com as recentes crises parece que o homem se deu conta de que estabilidade e eficiência econômica não poderiam sobreviver sem um Estado presente e atuante na economia, mesmo que nesses últimos anos o Estado só tenha ficado com o ônus do mercado. Além disso, Taylor se pergunta se a liberdade pode sobreviver na “selva competitiva” do mercado sem a

participação do Estado, pois essa selvagem competição gera desigualdades e explorações sem medida.

O que se faz necessário, como no caso da técnica, é definirmos qual é o papel e qual é a função do mercado. Uma vez que não há a possibilidade de abolirmos o mercado, o que podemos fazer é restringir sua força. O que pode ajudar nesse processo são as iniciativas democráticas por parte de toda a sociedade, não apenas do aparato político institucionalizado. O que tem de ser harmonizado na relação do Estado com o mercado são alguns pontos em que um pode interferir no bom andamento do outro, como afirma Taylor:

A eficiência do mercado pode ser atenuada pelas provisões coletivas através do estado de bem-estar social; o planejamento efetivo estatal pode pôr em risco direitos individuais; as operações conjuntas de Estado e mercado podem ameaçar o controle democrático. (TAYLOR, 2011, p. 111).

A preocupação é exatamente com essas ações conjuntas entre Estado e mercado que podem vir a restringir as manifestações democráticas, no sentido do que já afirmamos. O Estado burocratizado acomoda os indivíduos e o mercado explora e marginaliza quem não toma parte na melhor relação custo-benefício. Taylor interpreta o despotismo suave de Tocqueville não como um perigo real de despotismo, mas como um perigo eminente de fragmentação política, ou seja, que cada um busque exclusivamente seus próprios interesses e com isso se perca a capacidade de nos darmos propósitos comuns, lutas comuns, onde todos participam e buscam o melhor para a comunidade.

As pessoas perdem o sentimento de ligação a um todo maior. Até podem estar ligadas a outras pessoas, mas em pequenos grupos como a família, a religião e uma minoria étnica. Diante desse quadro, é difícil fazer com que as pessoas se juntem por causas comuns. Dito de outro modo, elas estarão preocupadas apenas com seus interesses particulares que, na maioria dos casos, são até mesmo vulgares e sem sentido. Parece que levar adiante um projeto comum é utopia de pessoas ingênuas (TAYLOR, 2011, p. 112), fazendo com que as pessoas desistam de buscar tais propósitos comuns, tão necessários para o bom funcionamento de uma sociedade democrática. É gerada, então, uma sociedade fragmentada:

Uma sociedade fragmentada é aquela cujos membros acham cada vez mais difícil identificar-se com sua sociedade política como uma comunidade. Essa falta de identificação pode refletir uma perspectiva atomista, na qual as pessoas acabam enxergando a sociedade como puramente instrumental. Contudo, ela também ajuda a arraigar o atomismo, pois a ausência de ação efetiva comum lança as pessoas de volta a elas mesmas. (TAYLOR, 2011, p. 116).

Taylor chama a esse processo de círculo vicioso, pois cada ação arbitrária desencadeia outra. No fim o desânimo e a falta de perspectiva fazem com que se abandonem as causas comuns. Porém, podemos reverter esse círculo vicioso. Se olharmos para a sociedade, perceberemos que ainda permanece pelo menos um ideal compartilhado, a saber, a sociedade está organizada para defender os direitos dos cidadãos. Uma sociedade em que as pessoas ao menos lutam por seus direitos não é uma sociedade em que reina absoluto o despotismo suave.

O círculo vicioso é fortalecido pela fragmentação política, na medida em que as pessoas são levadas a abandonarem a sociedade e a fecharem-se em si mesmas. O liberalismo processual que prega a neutralidade tem ajudado nesse processo, pois estimula cada indivíduo a formular sua própria noção de vida boa, independente da comunidade política. Todo esse percurso gera um sentimento de impotência política, pois cada um se sente sozinho na sua busca. Os espaços comuns são cada vez mais postos de lado. Enfraquecem-se as associações, os sindicatos, as comunidades. Resta ao indivíduo uma luta solitária.

Para enfrentar um círculo vicioso é necessário um círculo virtuoso. Não há uma resposta pronta para o que fazer, por onde caminhar. Um círculo virtuoso é formado por pequenas ações comuns bem-sucedidas que podem influenciar outras que irão fortalecer e revigorar a identificação dos indivíduos com a comunidade política. O importante é fazer com que os indivíduos se identifiquem com a comunidade política, que ocupem os espaços da sociedade civil. Enfim, que sejam protagonistas do processo político.

A fim de diminuir o sentimento de impotência perante a máquina política, Taylor propõe a descentralização do poder, ou seja, a divisão do poder em camadas menores, mais próximas às pessoas. Um argumento a favor da descentralização é que as pessoas não se ligam a projetos comuns mais abrangentes, mas se ligam a agrupamentos parciais como uma comunidade étnica, adeptos de uma ideologia ou de uma religião. Esse é um aspecto um tanto negativo da sociedade contemporânea, mas que mostra a necessidade de descentralizar o poder. A proposta de Taylor passa por uma federação central, mas não unitária, como afirma:

[...] estou sugerindo aqui uma multiplicidade de esferas públicas aninhadas no interior de outras. Há uma arena central de debate sobre a política nacional, mas que não é análogo na esfera pública de um Estado unitário, mas antes de um governo central numa federação. Em segundo, a fronteira entre o sistema político e a esfera pública tem de ser relaxada. Algumas das mais eficazes esferas públicas aninhadas são na

verdade partidos políticos e movimentos de defesa que operam na zona cinzenta entre os dois. (TAYLOR, 2000, p. 297).

O fortalecimento democrático é fruto da descentralização, pois o Estado estará mais próximo das pessoas, tomando em consideração as necessidades de todos. A organização política descentralizada valoriza a diversidade presente em uma nação e torna possível que minorias possam sobreviver e levar adiante as suas tradições. A grande questão que aqui se coloca é como realizar esse processo em grandes metrópoles, como fazer com essas imensas multidões tenham algo em comum? É um processo difícil, mas que pode ser concretizado a partir de pequenas ações que fortaleçam os laços entre os cidadãos. A descentralização não passa somente pela máquina pública institucional, mas também pela esfera pública, ou seja, movimentos sociais, sindicatos, associações. Isso permite que esses dois campos estejam em contínuo debate, possibilitando que as pessoas circulem de um lado para o outro e vice-versa.

A preocupação central de Taylor na questão política é o combate ao atomismo e à instrumentalização. Esses dois males estão cada vez mais arraigados em virtude do círculo vicioso que está posto. Temos um grande desafio: fazer com que as pessoas participem da vida política a partir dos mais variados meios, sejam eles institucionais ou não. Existem muitos espaços que precisam ser ocupados, a fim de que possamos reverter o círculo vicioso. Isso passa também pelo enquadramento da tecnologia e do mercado, duas ferramentas indispensáveis para o andamento da sociedade capitalista, mas que não podem estar acima das pessoas, portanto, devem estar a serviço do ser humano.

Considerações finais

Apresentamos a partir do filósofo canadense Charles Taylor os três mal-estares da modernidade, o individualismo exacerbado, a primazia da razão instrumental e o atomismo político. São mal-estares modernos, que, contudo, influenciam de maneira decisiva nossa forma de vida contemporânea. Isso nos permite afirmar que ainda estamos sob a influência direta dos ideais modernos e, conseqüentemente, que ainda não superamos por completo a modernidade. Talvez estejamos em um período de transição o que nos impede de falarmos em pós-modernidade ou em qualquer outro adjetivo que nos remeta a um novo período.

O individualismo enquanto egoísmo continua a modelar nossa forma de nos relacionarmos com as pessoas e com a natureza. Estamos cada vez mais interessados em controlar a natureza e extrair dela o máximo em tempo recorde, ainda que tenhamos compreendido que no atual ritmo nos destruiremos junto com o planeta. Apesar dessa tomada de consciência,

ainda não adotamos as medidas suficientes e necessárias para preservarmos a natureza que nos cerca. Por fim o atomismo político parece que cada dia mais se torna parte fundamental do nosso modo de vida, tomo aqui especialmente o caso brasileiro. Ainda que em meados de junho de 2013 muitos brasileiros tenham tomado as ruas, verifica-se pouca participação política ativa da sociedade brasileira. Tudo isso aliado a uma descrença na política que torna o cidadão cada vez mais passivo diante do cenário político.

Todos esses são elementos que nos ajudam a compreender que os ideais modernos que analisamos no presente artigo ainda vigoram e de certa maneira, determinam nossa forma de agir no mundo. Isso não nos leva a afirmação que estaríamos presos a uma jaula de ferro, pelo contrário, podemos a partir da participação política, da construção de uma nova relação com a natureza e com uma compreensão mais ampla das relações humanas transformarmos essa realidade e superarmos tais mal-estares. Esse é o desafio do qual não podemos escapar.

Referências bibliográficas

- ABBAY, Ruth. 2000. *Charles Taylor*. Princeton, Princeton University Press.
- DESCARTES, René. 2000. *Meditações metafísicas*. Trad. Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes.
- FORST, Rainer. 2010. *Contextos de Justiça*. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Boitempo.
- JONAS, Hans. 2006. *O princípio responsabilidade*. Trad. Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC- Rio.
- LOCKE, John. 1998. *Dois Tratados sobre o Governo*. (Tradução de Julio Fischer). São Paulo: Martins Fontes.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. 1993. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola.
- RIBEIRO, Elton Vitoriano. 2012. *Reconhecimento ético e virtudes*. São Paulo: Edições Loyola.
- TAYLOR, Charles. 2011. *A ética da autenticidade*. Trad. Talyta Carvalho. São Paulo: É realizações.
- _____. 1997. *As fontes do self- a construção da identidade moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. 3º ed. São Paulo: edições Loyola.
- _____. 2000. *Argumentos filosóficos*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo; Edições Loyola.
- _____. 2002. *Human agency and language*. Philophical papers. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 2010. *Imaginários sociais modernos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: edições texto e grafia.

- _____. 1998. *Multiculturalismo*. Trad. de Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget.
- _____. 1995. *Philosophy and the human sciences*. Philosophical papers 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2010. *Uma Era Secular*. Trad. Nélío Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: editora Unisinos.
- _____. 2005. *La libertad de los modernos*. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Amorrortu.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 1998. *A democracia na América*. Livro I leis e costumes. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. 2000. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, Max. 2004. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras.